



Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

REQUERIMENTO Nº114 /2023		DATA: 02/02/2023
AUTOR:	DEPUTADO ROBERTO CIDADE – União Brasil	
ASSUNTO:	REQUER À MESA DIRETORA, NA FORMA REGIMENTAL, SEJA ENCAMINHADO EXPEDIENTE À ILUSTRÍSSIMA SENHORA PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, MICHELE DIZ Y GIL CORBI , AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, ALBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO JÚNIOR , E AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO AMAZONAS, RICARDO QUEIROZ DE PAIVA , SOLICITANDO QUE SEJAM APURADAS AS DENÚNICAS DE MÁ GESTÃO E MAL USO DOS RECURSOS PROVENIENTES DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB, PELO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BORBA, SIMÃO PEIXOTO.	

Senhores (as) Deputados (as),

Nobres Pares,

O Fundeb foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um Fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um total de vinte e sete Fundos), composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios vinculados à educação, conforme disposto nos arts. 212 e 212-A da Constituição Federal.

Independentemente da fonte de origem dos valores que compõem o Fundo, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.

Entretanto, a gestão municipal de Borba parece estar acima das Leis e Normas. São incontáveis os protestos e denúncias de profissionais da educação pública local, seja por





Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

desrespeito ao piso salarial da educação, seja por precariedade e insalubridade do ambiente escolar ou pelo não pagamento do rateio das sobras do FUNDEB.

No final do ano de 2021, os profissionais da educação realizaram diversos protestos solicitando o pagamento do rateio do FUNDEB, porém o Prefeito de Borba utilizou os meios de comunicação diversas vezes para atacar os trabalhadores e quaisquer autoridades que questionassem sua decisão, afirmando que não realizaria o pagamento para manter os salários em dia. Porém, pouco tempo e muitos protestos e questionamentos depois, o mesmo gestor municipal anunciou o pagamento sem informar valores ou data.

Em contraponto á má gestão e má aplicação dos recursos realizadas pelo Prefeito de Borba, outros municípios mereceram destaque, pagando em 2022 valores históricos. Como o Município de Nova Olinda do Norte pagou o maior rateio do FUNDEB de sua história, provando que uma boa gestão, pautada na legalidade e compromisso com os recursos públicos, resulta em números positivos e priorizam a valorização do profissional responsável pela educação de nossas crianças e jovens.

No presente ano de 2023, a luta por respeito e valorização dos professores de Borba continua, pois a Prefeitura não fez o reajuste de salário dos professores da Rede Municipal de Ensino, pagando R\$ 1.278,87 para um professor de ensino fundamental Nível I e R\$ 1.406,75 para um professor de Ensino Fundamental Nível II. Valores vergonhosos e que demonstram a falta de compromisso do Prefeito Simão Peixoto com a educação básica.

Alguns pontos e informações merecem destaque: A Prefeitura de Borba, recebeu até o 3º bimestre de 2022, R\$ 22.953.744,18 (vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), tendo liquidado 20.072,421,60 (vinte milhões, setenta e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta centavos) até o meio do ano passado. Somados aos quase 03 milhões de reais que ainda estavam disponíveis na conta da Prefeitura no último dia do ano de 2021, havia um saldo bancário de R\$ 5.856.848,80 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e





Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

quarenta e oito reais e oitenta centavos). Dados retirados do SIOPE – Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação.

A confederação Nacional de Municípios – CNM estimou somente para o ano de 2022, R\$ 46.795.892,28 (quarenta e seis milhões, setecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos) a serem repassados ao Município de Borba por meio do FUNDEB.

É de conhecimento público que a atual gestão municipal não realiza grandes obras ou melhorias estruturais nas unidades escolares. Tampouco, prioriza a valorização salarial dos profissionais da educação, pagando em alguns casos menos de um salário mínimo. Desta forma, resta a dúvida e necessidade de esclarecimentos a respeito da destinação destes recursos recebidos, os quais deveriam estar sendo utilizados para melhorar os índices educacionais e proporcionar um melhor ambiente aos discentes e docentes da rede pública municipal de ensino.

O atual Prefeito de Borba, que tem por costume de realizar “lives” ou pronunciamentos visando atacar qualquer um que questione seus atos, deveria tomar como exemplo o Prefeito Jocione Souza do município vizinho Novo Aripuanã, que já anunciou o pagamento de R\$ 7.166,00 para professores que tenham carga horária dobrada, mesmo tendo arrecadado menos da metade do que recebeu Borba, apenas R\$ 21.359.811,03 (vinte e um milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e onze reais e três centavos).

Portanto, as práticas do atual Prefeito de Borba não podem estar alheias ao ordenamento jurídico, tampouco estarem acima de quaisquer questionamentos ou esclarecimentos. Não se pode permitir que a população, sobretudo os profissionais da educação municipal estejam a mercê de um péssimo gestor, que atua de forma a perseguir e ofender seus opositores ou mesmo aqueles que lutem por seus direitos.

A falta de transparência com que a Prefeitura de Borba administra os recursos do Fundeb tem custado caro aos profissionais da educação que bravamente atuam mesmo sem





Poder Legislativo
Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

a devida valorização salarial e em ambientes impróprios para o aprendizado. Custam caro, também para os alunos que enfrentam escolas precárias e professores desmotivados.

A atuação dos órgãos acima referenciados garantirá que os direitos dos profissionais da educação sejam respeitados. A Prefeitura de Borba, sobretudo o Prefeito Simão Peixoto não está acima da lei, nem alheio a ela, devendo observar princípios básicos da Administração Pública como a Legalidade, Impessoalidade e Eficiência.

Ante aos termos apresentados, Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, seja encaminhado expediente à Ilustríssima Senhora Procuradora-Chefe da Procuradoria da República no Amazonas, **Michele Diz Y Gil Corbi**, ao Ilustríssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, **Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior**, e ao Ilustríssimo Senhor Defensor Público Geral do Amazonas, **Ricardo Queiroz de Paiva**, solicitando que sejam apuradas denúncias de má gestão e mal uso dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, pelo Prefeito do Município de Borba, Simão Peixoto.

Diante da relevância deste tema, conto com a compreensão dos meus pares para a aprovação deste Requerimento de indicação.

PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 02 de fevereiro de 2023.

Deputado Roberto Cidade
Presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas

